

## **DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO**

1. Assinale, dentre as alternativas a seguir, a hipótese que não retrata elemento caracterizador do vínculo de emprego:

- a) não eventualidade
- b) subordinação técnica
- c) subordinação jurídica
- d) personalidade em relação ao empregado
- e) onerosidade

2. Assinale a alternativa incorreta:

- a) para o Direito do Trabalho, é sustentável afirmar que na sucessão trabalhista, o sucessor responde pelos encargos trabalhistas e o empregador sucedido somente será responsabilizado pelos mesmos quando assim for convencionado com o sucedido
- b) para o Direito do Trabalho é sustentável afirmar que é irrelevante e inoperante a cláusula de não-responsabilidade inserida nos instrumentos jurídicos nos quais se opera a transferência na sucessão trabalhista
- c) prevalece para o Direito do Trabalho que a transferência de bens singulares e desintegrados, sem que ocorra a transferência unidade econômico-jurídica não configura sucessão trabalhista
- d) segundo a CLT, a mudança na propriedade da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados
- e) os direitos oriundos do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa

3. Em relação ao trabalhador rural, assinale a alternativa correta:

- a) em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso e alimentação, no mínimo de uma hora
- b) em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso e alimentação, no mínimo, de uma hora e, no máximo de duas horas
- c) em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso e alimentação, no mínimo de duas horas
- d) em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso e alimentação, observados os usos e costumes da região, não se computando este intervalo na duração do trabalho
- e) em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso e alimentação, observados os usos e costumes da região, computando-se este intervalo na duração do trabalho

4. Analisadas as assertivas a seguir, assinale a alternativa correta:

- I – JOANA ALCÂNTARA, menor, 13 anos, trabalhou, com a permissão dos pais, como doméstica, de 20-12-2003 a 20-1-2004, no Município de Guaratuba-PR, para INÊS HONN e família. Despedida sem justa causa, não tem direitos às verbas rescisórias, nem aos salários, em face da nulidade absoluta do contrato de trabalho. A nulidade, na presente situação, gera efeitos retroativos.
- II – PEDRO CARMINO trabalhou de boa-fé para o MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-PR, sem prévia aprovação em concurso público, pelo período de dois anos, tendo sido despedido sem justa causa. Não tem direito ao aviso

prévio nem à multa de 40% do FGTS. Segundo a jurisprudência sumulada do colendo TST, em face da contratação encontrar óbice no art. 37, II e § 2º da Constituição, tem direito somente ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

III – Sendo nula uma das cláusulas do contrato de trabalho lícito, porque contrária à lei, não subsiste a vontade das partes, nem se reputa nulo o contrato, ficando substituída a referida cláusula pela lei.

- a) todas as proposições são incorretas
- b) todas as proposições são corretas
- c) a proposição III é a única correta
- d) a proposição II é a única correta
- e) as proposições II e III são as únicas corretas

5. Em relação às normas de proteção ao menor, é correto afirmar que, pela CLT, é permitido o trabalho:

- a) em cinemas, salvo em local que não possa ter acesso aos filmes rodados
- b) em empresas circenses, salvo como acrobata, saltimbanco e ginasta
- c) em locais e serviços perigosos ou insalubres
- d) em praças, ruas e outros logradouros, com prévia autorização do Juiz da Infância e da Juventude
- e) em cinemas, desde que em sessões matutinas e vespertinas

6. Assinale a alternativa incorreta:

- a) não são remunerados os intervalos de 1 a 2 horas em jornadas contínuas superiores a seis horas e o de 15 minutos em jornadas contínuas superiores a quatro horas

- b) são computados como tempo à disposição do empregador os intervalos de 1 a 2 horas em jornadas contínuas superiores a seis horas e o de 15 minutos em jornadas contínuas superiores a quatro horas
- c) são remunerados os intervalos concedidos pelo empregador e não previstos em lei
- d) o descanso semanal remunerado define-se como o lapso de 24 horas consecutivas entre as semanas, sendo ilícita a concessão a cada oito dias de trabalho
- e) ao empregado que sem motivo justificado não trabalha toda a semana anterior, nem cumpre integralmente o seu horário de trabalho, não é devida a remuneração do repouso semanal

7. Assinale a alternativa correta, considerando a assertiva que segue:

Em relação ao serviço ferroviário, considera-se de “sobreaviso”:

- a) o empregado efetivo, que permanecer na empresa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço
- b) o empregado efetivo, que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço
- c) o empregado efetivo que não pode se ausentar do local de trabalho pelo período de 24 (vinte e quatro) horas
- d) o empregado efetivo que não pode se ausentar do local de trabalho pelo período de 36 (trinta e seis) horas
- e) o empregado efetivo que não pode se ausentar do local de trabalho pelo período de 48 (quarenta e oito) horas

8. Quanto à escala de “sobreaviso” e “prontidão”, respectivamente, em relação ao serviço ferroviário, é correto afirmar que:

- a) será, no máximo, de 24 (vinte e quatro) e de 12 (doze) horas
- b) será, no máximo, de 12 (doze) e de 6 (seis) horas

- c) será, no máximo de 36 (trinta e seis) e de 8 (oito) horas
- d) será, no máximo, de 48 (quarenta e oito) e de 24 (vinte e quatro) horas
- e) será, no máximo, de 18 (dezoito) e de 16 (dezesesseis) horas

9. Assinale a alternativa correta, com base na proposição a seguir:

Em relação aos jornalistas profissionais, a duração normal do trabalho:

- a) não deverá exceder de 6 (seis) horas, tanto de dia como à noite, se não houver acordo escrito prevendo outra jornada, e nem motivo de força maior
- b) não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite, se não houver acordo escrito prevendo outra jornada, e nem motivo de força maior
- c) não deverá exceder de 7 (sete) horas, tanto de dia como à noite, se não houver acordo escrito prevendo outra jornada, e nem motivo de força maior
- d) não deverá exceder de 8 (oito) horas, tanto de dia como à noite, se não houver acordo escrito prevendo outra jornada, e nem motivo de força maior
- e) não deverá exceder de 9 (nove) horas, tanto de dia como à noite, se não houver acordo escrito prevendo outra jornada, e nem motivo de força maior

10. Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo) é correto afirmar que a CLT assegura:

- a) a cada período de 60 (sessenta) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos não deduzidos da duração normal de trabalho
- b) a cada período de 50 (cinquenta) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos deduzidos da duração normal de trabalho
- c) a cada período de 50 (cinquenta) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos não deduzidos da duração normal de trabalho

- d) a cada período de 90 (noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos não deduzidos da duração normal do trabalho
- e) a cada período de 90 (noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos deduzidos da duração normal de trabalho

11. Preceitua a CLT em relação ao professor que:

- a) num mesmo estabelecimento, não poderá dar, por dia, mais de 4 (quatro) aulas consecutivas, nem mais de 6 (seis) intercaladas e o pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de quatro semanas e meia
- b) num mesmo estabelecimento, não poderá dar, por dia, mais de 6 (seis) aulas consecutivas, nem mais de 8 (oito) intercaladas e o pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de quatro semanas
- c) num mesmo estabelecimento, não poderá dar, por dia, mais de 5 (cinco) aulas consecutivas, nem mais de 6 (seis) intercaladas e o pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de cinco semanas
- d) num mesmo estabelecimento, não poderá dar, por dia, mais de 3 (três) aulas consecutivas, nem mais de 6 (seis) intercaladas e o pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de quatro semanas e meia e o pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de três semanas e meia
- e) num mesmo estabelecimento, não poderá dar, por dia, mais de 8 (oito) aulas consecutivas e o pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de quatro semanas e meia

12. Analise a proposição a seguir e assinale a alternativa correta:

Em relação aos empregados que trabalham no interior de câmaras frias, prescreve a CLT:

- a) será assegurado um intervalo de dez minutos a cada noventa minutos trabalhados
- b) será assegurado um período de vinte minutos de repouso depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, computando-se esse intervalo como de trabalho efetivo
- c) será assegurado um período de vinte minutos de repouso depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, não se computando esse intervalo como de trabalho efetivo
- d) será assegurado um intervalo de quinze minutos a cada uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo
- e) não há previsão de intervalo intrajornada além daqueles previstos para os demais empregados que não trabalham no interior de câmaras

13. Analise a proposição a seguir e assinale a alternativa correta:

O abono de férias deverá ser requerido:

- a) até 6 (seis) meses antes do término do período aquisitivo
- b) até 30 (trinta) dias antes do término do período aquisitivo
- c) até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo
- d) a qualquer tempo por ser direito do trabalhador
- e) até 15 (quinze) dias antes do início de gozo das férias, em qualquer hipótese

14. Dentre as parcelas a seguir assinale aquela que não possui natureza salarial:

- a) prêmio habitual;
- b) comissão de cargo;
- c) comissão;
- d) adicional;
- e) diárias que não excedam a 50% do salário percebido pelo empregado

15. Assinale a alternativa incorreta:

- a) segundo a CLT, na remuneração do empregado compreendem-se, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber
- b) a parcela paga ocasionalmente e sem prévio ajuste, a título de reconhecimento ou prêmio, que não se repete, não se integra ao salário
- c) o salário, inclusive comissões, gratificações e percentagens, deve ser pago em intervalos não superiores a um mês, sem exceção, justificando-se a exigência legal em função das necessidades do trabalhador em geral
- d) na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante
- e) são legalmente permitidos os descontos por danos causados dolosamente pelo empregado ao empregador, estando condicionada a legalidade daqueles ocasionados por atos de imprudência, imperícia ou negligência, à anuência do empregado previamente acordada

16. Assinale a alternativa correta:

- I – A distinção entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho reside no fato de que, ocorrendo a paralisação temporária da execução do contrato, na suspensão o empregador deve pagar salário ao empregado, inobstante a incorrência de prestação de serviço, enquanto que, na interrupção, ficam empregador e empregado desobrigados, transitoriamente, do cumprimento das obrigações pertinentes ao contrato.

II – Dentre os efeitos da suspensão do contrato de trabalho encontram-se os seguintes: manutenção do vínculo contratual, retorno ao serviço, prazo para o retorno e perda das vantagens atribuídas à categoria do empregado em convenção coletiva durante o período de suspensão.

III – O afastamento, por um dia, em cada 12 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada, caracteriza-se como interrupção.

IV – São causas interruptivas do contrato de trabalho: o falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa declarada na CTPS do empregado que viva sob sua dependência econômica.

- a) II, III e IV são as únicas corretas
- b) I, III e IV são as únicas corretas
- c) I e III não são as únicas corretas
- d) III e IV são as únicas corretas
- e) todas são incorretas

17. Rompido o contrato de trabalho celebrado por prazo indeterminado, a pedido do empregado quando contava com 6 meses e 18 dias de trabalho, segundo a orientação sumulada do colendo TST, é correto afirmar que ele tem direito:

- a) somente às férias proporcionais
- b) somente ao 13<sup>o</sup> salário proporcional
- c) ao 13<sup>o</sup> salário proporcional, aviso prévio e liberação do FGTS acrescido de 40%
- d) às férias proporcionais e ao 13<sup>o</sup> salário proporcional
- e) somente ao aviso prévio

18. Com relação à prescrição é correto afirmar:

- a) sendo o empregado trabalhador urbano e tendo sido registrado em períodos diversos, caracterizada a unicidade contratual, a prescrição é contada ao término de cada período trabalhado, mormente quando consumada após o interregno de dois anos entre um contrato e outro
- b) a extinção do processo sem julgamento do mérito, decorrente do não comparecimento da parte autora em audiência, interrompe a prescrição em relação a quaisquer direitos, inclusive aos não pedidos na demanda trabalhista anterior
- c) não corre o prazo de prescrição para os sucessores maiores de trabalhador menor falecido
- d) não corre prescrição nas ações que tenham por objeto as anotações na CTPS para fins de prova junto à Previdência Social
- e) o prazo de prescrição relativo às férias começa a fluir com o decurso do período aquisitivo

19. Assinale a alternativa incorreta:

- a) as convenções coletivas e os acordos coletivos de trabalho entrarão em vigor três dias após a data da entrega dos mesmos no órgão referido no art. 614 da CLT
- b) não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos
- c) o processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação de assembléia geral dos sindicatos convenentes ou partes acordantes
- d) havendo convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro de noventa dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo

e) os sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, inclusive as que não tenham representação sindical, quando provocados, não podem recusar-se à negociação coletiva

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

20. Não é da competência da Justiça do Trabalho:

- a) a declaração da não existência de relação de emprego
- b) a demanda cujo objeto consiste na percepção de auxílio-doença acidentário
- c) decidir incidentalmente sobre a declaração de acidente de trabalho para fins de reconhecimento de estabilidade acidentária
- d) a ação que tem por objeto direitos decorrentes da relação de emprego estabelecida com pessoa jurídica de direito público interno
- e) a ação em que o pedido consiste em complementação de aposentadoria, assegurada em norma regulamentar ou instrumento normativo

21. Considere as seguintes proposições e assinale a alternativa correta:

- I – O documento, feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- II – As declarações constantes do documento particular, assinado, presumem-se verdadeiras em relação ao signatário e quando o mesmo contiver declaração de ciência de determinado fato, prova a declaração, mas não o fato declarado.
- III – Compete ao interessado em sua veracidade o ônus de provar o fato cuja ciência está contida em declaração feita em documento particular assinado.
- IV – Compete à parte, contra quem foi produzido documento particular, alegar se lhe admite ou não a autenticidade da assinatura e a veracidade do contexto; presumindo-se, com o silêncio, que o tem por verdadeiro.

- a) somente I e II são corretas
- b) apenas I, II e III são corretas
- c) todas são incorretas
- d) todas são corretas
- e) somente a IV é correta

22. Assinale a alternativa incorreta:

- a) admitida a incidência supletiva do artigo 416, § 2º do CPC, no processo do trabalho, as perguntas feitas pelo advogado e não admitidas pelo juiz não serão transcritas no termo de audiência, sendo facultado em razões finais o advogado registrar pedido de nulidade por cerceio de prova, reportando-se às indagações indeferidas
- b) segundo a CLT as partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento das partes, seus representantes ou advogados
- c) testemunhas impedidas ou suspeitas, se estritamente necessário, serão ouvidas pelo juiz sem o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado
- d) o juiz indeferirá a oitiva de testemunhas sobre fatos já provados por documento ou confissão da parte
- e) as testemunhas não poderão sofrer descontos salariais pelas faltas ocasionadas pelo comparecimento para depor

23. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o princípio do duplo grau de jurisdição enuncia a possibilidade de provocação da revisão da decisão por órgão hierarquicamente superior
- b) o princípio da taxatividade dos recursos enuncia que somente são considerados recursos aqueles enumerados taxativamente pela lei federal – *numerus clausus*
- c) o princípio da unirrecorribilidade enuncia que cabe um recurso apenas de qualquer decisão
- d) o princípio da fungibilidade enuncia o recebimento de um recurso por outro, como se fosse o correto, salvo de houver erro grosseiro
- e) o princípio da consumação dos recursos enuncia que estes podem ser repetidos, sob o mesmo ou novo fundamento

24. Considere as proposições a seguir e assinale a alternativa correta:

- I – Aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao Título X da CLT (Processo Judiciário do Trabalho) os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.
- II – Ao credor é vedado arrematar, sendo-lhe facultado apenas remir a execução.
- III – A remição ao executado somente será deferida se oferecido preço igual ao valor da condenação.

- a) I, II são corretas
- b) I, II e III são corretas
- c) todas são incorretas
- d) somente I é correta
- e) somente I e III são corretas

25. Assinale a alternativa incorreta:

- a) sendo insuficiente patrimônio da pessoa jurídica executada à satisfação da execução de débitos trabalhistas, respondem pela execução de débitos trabalhistas os bens particulares de sócio-gerente desde que conste no título executivo como devedor, e tenha participado como pessoa física do pólo passivo da reclamação trabalhista na fase cognitiva
- b) quando houver abuso de direito, excesso de poder, infração à lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade
- c) a execução trabalhista poderá ser promovida contra os sucessores, ainda que não constem do título executivo
- d) os atuais sócios, assim como os ex-sócios que integravam a sociedade à época da vigência do contrato de trabalho e, por conseguinte, da constituição do débito trabalhista têm responsabilidade na execução quando os bens da sociedade não são suficientes para a satisfação da obrigação
- e) pode o Juiz dar início, de ofício, à execução

26. Assinale a alternativa incorreta:

- a) nos dissídios individuais é possível o litisconsórcio ativo quando houver identidade de matéria e quanto alcançar empregados de uma mesma empresa
- b) por intermédio do poder normativo, exercido originalmente pelos Tribunais do Trabalho, são criadas normas trabalhistas
- c) nas ações civis públicas, não poderá o Juiz aplicar a CLT
- d) o executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da mesma, atualizada e acrescida das despesas processuais, ou nomear bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida no art. 655 do CPC
- e) os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida no Capítulo V (Execução) do Título X (Processo Judiciário do Trabalho) da CLT

27. Assinale a alternativa correta:

- a) apresentada a exceção de incompetência em razão do local, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 48 (quarenta e oito) horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir
- b) apresentada a exceção de incompetência em razão do local, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 (vinte e quatro) horas prorrogáveis pelo mesmo prazo, a requerimento do exceto, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir
- c) apresentada a exceção de incompetência em razão do local, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir
- d) apresentada a exceção de incompetência em razão do local, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 48 (quarenta e oito) horas prorrogáveis pelo mesmo prazo, a requerimento do exceto, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência que se seguir
- e) apresentada a exceção de incompetência em razão do local, abrir-se-á vista dos autos ao exceto por 5 (cinco) dias improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir

28. Assinale a alternativa correta:

- a) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 7 (sete) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 6 (seis) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente
- b) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 4 (quatro) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente

c) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 6 (seis) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 6 (seis) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente

d) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 5 (cinco) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente

e) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente

29. Assinale a alternativa correta:

a) no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas

b) no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão, sendo recorrível por qualquer das partes, no prazo de 8 (oito) dias, inclusive para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas

c) no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão recorrível por qualquer das partes, no prazo de 5 (cinco) dias, inclusive para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas

d) no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como sentença, mas poderá a parte que se arrepender, desistir no prazo de 8 (oito) dias após a homologação

e) o INSS não poderá recorrer do termo de conciliação homologado, em nenhuma hipótese

30. Assinale a alternativa correta:

a) recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 72 (setenta e duas) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 5 (cinco) dias

b) recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 10 (dez) dias

c) recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 5 (cinco) dias, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 15 (quinze) dias

d) recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 5 (cinco) dias

e) recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 10 (dez) dias, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 15 (quinze) dias

31. Assinale a alternativa correta:

a) não havendo acordo, o reclamado terá 40 (quarenta) minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes

b) não havendo acordo, o reclamado terá 10 (dez) minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes

- c) não havendo acordo, o reclamado terá 20 (vinte) minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes
- d) não havendo acordo, o reclamado terá 15 (quinze) minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes
- e) a defesa no processo do trabalho somente é admitida na forma escrita

32. Assinale a alternativa correta:

- a) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 20 (vinte) minutos para cada um. Em seguida, o juiz renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão
- b) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (minutos) minutos, sendo 5 (cinco) minutos para cada um. Em seguida, o juiz renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão
- c) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) dias para cada um. Em seguida, o juiz renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão
- d) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 15 (quinze) minutos para cada um. Em seguida, o juiz renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão
- e) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada um. Em seguida, o juiz renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão

33. Assinale a alternativa correta:

- a) os dissídios individuais cujo valor não exceda a cinquenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo
- b) os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo
- c) os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data da primeira audiência ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo
- d) os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo
- e) os dissídios individuais cujo valor não exceda a duas vezes o salário mínimo vigente na data da audiência inaugural

34. Assinale a alternativa correta:

- a) sendo ilíquida a sentença exeqüenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos
- b) a sentença trabalhista deverá, sempre, ser líquida
- c) não há previsão expressa no processo trabalhista para liquidação de sentença por artigos
- d) não há previsão no processo trabalhista para a liquidação de sentença por arbitramento
- e) no procedimento sumaríssimo do processo do trabalho, cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, o juiz poderá proferir sentença ilíquida, ainda que os pedidos sejam certos e líquidos

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

35. Considere as assertivas a seguir:

- I - São conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- II - Ocorre a continência quando, entre duas ou mais ações sempre há identidade quanto à causa de pedir, as partes e ao objeto.
- III - A ação acessória será proposta perante o juiz competente para a ação principal.
- IV - O juiz da causa principal é também competente para a reconvenção, a ação declaratória incidente, ações de garantia e outras que respeitam ao terceiro interveniente.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas estão corretas
- b) somente a II está incorreta
- c) somente a I e a III estão corretas
- d) todas estão incorretas
- e) apenas a I e a II estão corretas

36. Considere as assertivas a seguir sobre competência:

- I - O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- II - A incompetência deve ser declarada de ofício pelo Juiz e não pode ser alegada em qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- III - Quando for declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos, e os autos serão remetidos ao juízo competente.
- IV - O Ministério Público não será ouvido nos processos de conflitos de competência.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas estão corretas
- b) todas estão incorretas
- c) somente a I está correta
- d) somente a III está correta
- e) a II e a IV estão corretas

37. Analise as proposições a seguir e marque a correta:

- I - Pode ser considerado como litigante de má-fé, aquele que deduz pretensão contra texto expresso de lei ou fato controverso.
- II - Compete à parte autora adiantar as despesas relativas aos atos, cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público.
- III - Não responde por perdas e danos, aquele que pleitear de má-fé como autor, réu ou interveniente.
- IV - Os atos, não ratificados no prazo, serão havidos por inexistentes, não respondendo o advogado por despesas e perdas e danos.

- a) apenas a II está correta
- b) apenas a III está correta
- c) apenas a IV está correta
- d) apenas a I e a II estão corretas
- e) todas estão incorretas

38. Considere as proposições a seguir:

- I - Para o Ministério Público ou para a Fazenda Nacional computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e para recorrer.
- II - Não há necessidade de autorização expressa do juiz para a citação e para a penhora, após às vinte horas.

III - Após a citação, pode o Autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu.

IV - A ação e a reconvenção não serão julgadas na mesma sentença.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas estão incorretas
- b) todas estão corretas
- c) somente a I e a II estão corretas
- d) somente a III está incorreta
- e) somente a IV está correta

39. Considere as assertivas a seguir:

I - Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos apenas para contestar e recorrer e não para falar nos autos.

II - O réu poderá responder o pedido do autor através de contestação, exceção e reconvenção.

III - A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas, a exceção será processada em apenso aos autos principais.

IV - As exceções podem ser argüidas em qualquer tempo, ou grau de jurisdição, cabendo a parte oferecer exceção, no prazo de 15 dias, contados do fato que ocasionou a incompetência, o impedimento ou a suspeição.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas a II está correta
- b) apenas a III está correta
- c) apenas a I e a II estão incorretas
- d) apenas a II, a III e a IV estão corretas

e) todas incorretas

40. Assinale a alternativa correta, considerando a pergunta que segue:

Nas obrigações, quando a escolha couber ao devedor, que prazo este terá para exercer a opção e realizar a prestação, se outro prazo não lhe foi determinado em lei, no contrato ou na sentença?

a) 10 dias

b) 30 dias

c) 15 dias

d) 20 dias

e) nenhuma está correta

41. Assinale a alternativa correta considerando a proposição que segue:

São sujeitos passíveis na execução:

I - O devedor, assim reconhecido no título executivo.

II - O espólio, os herdeiros ou os sucessores do devedor.

III - O novo devedor, que assumir com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo.

IV - O fiador judicial.

V - O responsável tributário, assim definido na legislação própria.

a) apenas a VI e a V estão incorretas

b) apenas a I está correta

c) apenas a III está correta

d) todas estão corretas

e) apenas a I, a II e a IV estão corretas

42. Assinale a alternativa correta:

- a) apenas nos casos de créditos de trabalhadores da própria residência, é permitida a penhora sobre o imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar
- b) o devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado, para dentro de 24 horas, satisfazer a obrigação, ou seguro o juízo, apresentar embargos
- c) na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, se esta não opuser embargos, no prazo legal, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente
- d) quando a penhora recair em estabelecimento comercial ou industrial ou agrícola, bem como em semoventes, plantações ou edifícios em construção, o juiz nomeará um depositário, determinando-lhe que apresente em cinco dias, improrrogáveis, a forma de administração
- e) podem ser penhorados, sem a observância da ordem legal, o seguro de vida, o anel nupcial e os retratos de família

43. Considere as proposições a seguir:

- I - Cabem embargos infringentes quando acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos não serão restritos à matéria, objeto da divergência.
- II - O recurso especial e o recurso extraordinário serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas.
- III - Após a concessão da liminar, cabe a parte propor ação principal, no prazo de 30 dias, contados da data da efetivação da medida cautelar.
- IV - O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o seqüestro de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas estão corretas
- b) apenas a II está correta
- c) apenas a II e a IV estão corretas
- d) apenas a I e a III estão incorretas
- e) apenas a I está incorreta

44. No que concerne à confissão, assinale a alternativa incorreta:

- a) há confissão quando a parte admite a verdade de um fato contrário ao seu interesse e favorável ao adversário
- b) a confissão espontânea pode ser feita pela própria parte, ou por mandatário com poderes especiais
- c) a confissão judicial faz prova contra o confitente, prejudicando inclusive os litisconsortes
- d) a confissão, quando emanar de erro ou dolo poderá ser revogada por ação anulatória, se pendente o processo em que for feita
- e) nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge não valerá sem a do outro

45. Em relação à prova no processo civil, marque a alternativa incorreta:

- a) é nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito
- b) incumbe o ônus da prova à parte que a arguir, quando se tratar de falsidade de documento; e à parte que produziu o documento, quando se tratar de contestação de assinatura
- c) cessa a fé do documento público quando lhe for contestada a assinatura e enquanto não se lhe comprovar a veracidade

d) a prova exclusivamente testemunhal só é admitida nos contratos cujo valor não exceda o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados

e) o juiz apreciará livremente a fé que deva merecer o documento, quando em ponto substancial e sem ressalva contiver entrelinha, emenda, borrão ou cancelamento

46. Assinale a assertiva correta:

a) o incidente de falsidade poderá ser suscitado, a todo tempo, até mesmo perante o tribunal, em caso de recurso

b) o incidente de falsidade é dispensável na contestação porque, negada a validade da assinatura, cessa sua fé

c) não se procederá ao exame pericial, se a parte, que produziu o documento, concordar em retirá-lo e a parte contrária não se opuser ao desentranhamento

d) o réu só poderá argüir falsidade do documento mediante reconvenção

e) a parte que produziu o documento, responderá o incidente de falsidade no prazo de quinze dias

47. Assinale a alternativa correta, considerando a proposição a seguir:

No que concerne à revelia:

a) o juiz nomeará curador especial ao revel, para que o represente em juízo, sob pena de nulidade da citação

b) o juiz julgará antecipadamente a lide, pois os fatos argüidos pelo autor, na inicial, tornaram-se incontroversos

c) o juiz sempre determinará a realização de provas, pelo autor, a fim de esclarecer os fatos narrados na inicial

- d) o juiz determinará sempre de ofício, ou a requerimento da parte, a expedição de ofícios aos órgãos públicos competentes, a fim de confirmar se o endereço onde o réu não foi encontrado é o seu atual domicílio
- e) contra o revel não correrão os prazos com ou sem intimação

48. Considere as seguintes proposições:

- I - comete atentado a parte que no curso do processo: viola penhora
- II - comete atentado a parte que no curso do processo: viola arresto ou seqüestro
- III - comete atentado a parte que no curso do processo: viola imissão na posse
- IV - comete atentado a parte que no curso do processo: prossegue em obra embargada
- V - comete atentado a parte que no curso do processo: pratica outra qualquer inovação ilegal no estado de fato

Assinale a alternativa correta:

- a) todas as proposições estão incorretas
- b) todas as proposições estão corretas
- c) apenas as proposições I e III estão corretas
- d) apenas as proposições II e IV estão corretas
- e) apenas a proposição V está incorreta

49. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

- b) são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional
- c) caberá exclusivamente ao Ministério da Justiça a elaboração da proposta orçamentária alusiva ao Ministério Público dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias
- d) o Procurador-Geral da República nomeado pelo Presidente da República deverá ter seu nome aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal
- e) são garantias do Ministério Público vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios

50. Em relação à tutela específica das obrigações de fazer ou não fazer, é incorreto afirmar:

- a) o juiz poderá determinar busca ou apreensão, remoção de pessoas e coisas
- b) a indenização por perdas e danos não será cumulada com a multa imposta para o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer
- c) o juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva
- d) a obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente
- e) poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar o desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva